

'Revogação' restringe armas, restabelece Fundo Amazônia e freia venda de estatais

Lula também determinou a revisão, em 30 dias, de decisões que impuseram sigilo sobre informações do governo anterior

VINÍCIUS VALFRÉ
ADRIANA FERNANDES
BRASILIA

Antes mesmo de dar posse ao seu Ministério, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) editou como primeiro ato de governo um "revogação" de medidas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Um das prioridades da gestão do antecessor, a política de facilitar acesso às armas, foi breçada. O petista também determinou a revisão, em 30 dias, de decisões que impuseram sigilo sobre informações da administração anterior.

Entre os decretos assinados no início da noite de ontem, no Palácio do Planalto, um determinava a reestruturação da política de armas. Conforme o texto, ficam suspensos os novos registros para aquisição de armas de uso restrito por CACs (Colecionadores, Atiradores e Caçadores). Quantitativos de armas e munições de uso permitido também serão reduzidos.

No governo Bolsonaro, cresceu o número de armas em mãos de civis. O registro de CACs, sob cuidados do Exército, se tornou uma forma de abreviar o procedimento para porte de armas, hoje autorizado pela Polícia Federal. Ao longo da gestão do ex-presidente, o número de armas e munições foi sendo elevado com decretos e outros atos do governo. O mesmo ato de Lula suspende as autorizações de novos clubes de tiro até que seja editada a no-



Lula assinou revogações de atos do ex-presidente Bolsonaro, incluindo as decisões do antecessor que facilitaram acesso a armas

va regulamentação.

O decreto determina que todos os brasileiros com porte de arma emitidos a partir de 2019 devem se recadastrar na PF em até 60 dias. Os dados deverão ser incluídos no Sistema Nacional de Armas, controlado pela PF. O texto estabelece ainda que o porte só será concedido se houve comprovação da real necessidade. Ato da gestão Bolsonaro permitiram que bastava uma declaração do interessado para atestar essa necessidade.

PRAZO. Um dos despachos de Lula determina que os ministros apresentem planos para tirar empresas públicas como Petrobras, Correios e EBC de planos de desestatização. O

presidente também deu prazo de um mês, por meio de despacho, para que a Controladoria-Geral da União (CGU) reavalie decisões da gestão Bolsonaro que impuseram sigilo sobre informações consideradas pú-

Fundo Amazônia
Despacho de Lula viabiliza uso de mais de R\$ 3 bi em doações internacionais para combater desmatamento

blicas. Entre os casos pode estar a imposição de 100 anos de sigredo para os documentos do processo administrativo aberto pelo Exército para apurar a participação do general

Eduardo Pazuello num ato político. Militares são proibidos de participar desses eventos sem autorização do superior. O caso virou um processo disciplinar que terminou arquivado. O acesso aos documentos foi impedido pela gestão Bolsonaro sob alegação de que os dados diziam respeito à vida privada de Pazuello.

Outro despacho de Lula restabelece o Fundo Amazônia e viabiliza uso de mais de R\$ 3 bilhões em doações internacionais para combater o desmatamento. A iniciativa existe há 14 anos, mas foi deixada pela gestão Bolsonaro em 2019 por diferenças políticas com chefes dos países que abasteciam o Fundo. Ainda na área ambien-

tal foi revogado decreto que, segundo os petistas, permitia garimpo em áreas indígenas de proteção ambiental.

Os decretos e medidas provisórias foram assinados em cerimônia no Palácio do Planalto, horas após Lula tomar posse no cargo. O presidente petista que assume o Poder Executivo pela terceira vez assinou os documentos ainda com a faixa presidencial sobre o ombro. O "revogação" de medidas de Bolsonaro era um compromisso de campanha e vinha sendo preparado pela equipe de transição. Na mesma solenidade os ministros foram empossados. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 8